

RADAR FEMINISTA

NO CONGRESSO NACIONAL

02 de março de 2021



APRESENTAÇÃO

Nos últimos dias a pandemia ganhou força novamente e acelerou o contágio e internações por Covid em todas as regiões brasileiras, colocando em cheque as decisões tomadas de redução de leitos e relaxamento das medidas de contenção do vírus. Vários estados estão anunciando colapso no sistema de saúde e medidas críticas como toque de recolher e fechamento de comércio.

Já Bolsonaro, “o que nunca errou”, ameaça os estados com as medidas de lockdown e insiste em mentir sobre os tratamentos contra a Covid 19, minimizando a devastação que a pandemia que já matou mais de 255 mil pessoas e contaminou mais de 11 milhões de brasileiras e brasileiros.

A proposta que o governo fez para a retomada do auxílio emergencial (PEC 186/2019) incluía o fim dos recursos carimbados para educação e saúde, conquista da década de trinta do século passado. Mas taxar grandes fortunas nem pensar. A preferência do governo é cortar a obrigatoriedade de investimentos mínimos em saúde e educação.

Enquanto a população sofre os impactos provocados pela pandemia e pela ineficiência do governo no seu enfrentamento, ainda assiste a “boiada passando”, para usar as palavras do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Exemplo recente é a Medida Provisória nº 1.031, de 23 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras e o PL 591/2021 que o Governo Federal entregou ao Congresso Nacional propondo a desestatização dos Correios. Pelo jeito encontraram uma palavra pra não falarem realmente do que se trata: privatização.

A Câmara, por causa da sinuca de bico imposta pelo STF ao votar pela manutenção da prisão dos deputados Daniel Silveira, logo tenta se prevenir contra situações semelhantes. Tentou votar a toque de caixa a PEC 3/2021, que dificulta a prisão de deputados e senadores. A proposta ganhou o apelido de “PEC da Impunidade”. A falta de consenso e a grita contra a proposta fez com que fosse criada uma Comissão Temporária para tratar do tema.



Chegamos a março, o mês das mulheres e com ele muitas propostas de interesse das mulheres devem entrar na pauta. É de praxe que a Bancada Feminina recolha sugestões das deputadas para entrar na lista de prioridades. Como também é o mês em que se definem as novas presidências das Comissões da Câmara, nas próximas semanas teremos o nome da nova líder da Bancada Feminina. O Colégio de Líderes confirmou instalação das comissões (eleição virtual) para quinta-feira (04/03). As Comissões do Senado já estão definidas, confira na página 9.

Voltamos com a coluna Baderna Feminista, no Outras Palavras, no artigo “A todas as mulheres habitantes das margens”, falamos sobre organizar a luta do 8 de março – o Dia Internacional de Luta das Mulheres, nesse cenário desolador em que vivemos.

NO EXECUTIVO

- Portaria nº 595, de 19 de fevereiro de 2021, altera a Portaria nº 3.175, de 10 de dezembro de 2020, que institui o Projeto-piloto Qualifica Mulher, ampliando sua duração para três anos.
- Portaria nº 624, de 23 de fevereiro de 2021, revoga atos normativos inferiores a decreto no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, conforme disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

EM PAUTA NA SEMANA

NO CONGRESSO NACIONAL

Câmara discutirá esta semana propostas que estavam em pauta na semana passada.

Demorou, mas finalmente entrou em pauta o [PL 1267/2020](#), de autoria da deputada Talíria Petrone (PSOL-RJ) e mais quinze parlamentares. O Projeto amplia a divulgação do Disque 180 enquanto durar a pandemia do Covid-19.

A deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO) e mais seis parlamentares, também querem urgência para apreciação do [PL 6298/2019](#), que altera a Lei Maria da Penha para determinar a aplicação do Formulário Nacional de Risco e Proteção à Vida (Frida) ([REQ 163/2021](#)).

Continua com a urgência o [PL 2442/2020](#), de autoria da deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) e mais três parlamentares, que trata dos pedidos médicos para a realização de exames de pré-natal.

Tem ainda o pedido de urgência ao [PL 5238/2020](#), da deputada Érica Kokay e outras, que trata de violência institucional e está apensado ao [PL 5096/2020](#) da deputada Lídice da Mata e outros. São, no total, seis projetos relacionados ao tema. Além desses dois, há o [PL 5144/2020](#) (da deputada Flávia Moraes), o [PL 5208/2020](#) (da deputada Fernanda Melchionna), o [PL 5219/2020](#) (do deputado Ricardo Silva), o [PL 5535/2020](#) (do deputado Célio Studart) e o [PL 159/2021](#) (do deputado Capitão Alberto Neto). Como dissemos no [Radar do dia 23 de fevereiro](#), os PL's são [inspirados no caso de Mariana Ferrer e no ano passado, a Câmara já aprovou um projeto semelhante](#).

Dagoberto Nogueira (PDT-MS) e mais 11 também querem urgência na apreciação do [PL 5043/2020](#) que dispõe sobre o teste do pezinho ampliado ([REQ 2881/2020](#)).

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

NO CONGRESSO NACIONAL

Como acontece toda a semana, temos várias propostas no campo de **enfrentamento à violência contra as mulheres**. Muitas delas repetitivas, que reafirmam propostas semelhantes já apresentadas ou que ignoram políticas implementadas nesse campo. O problema das políticas que estão sendo sistematicamente desmontadas pelo governo Bolsonaro e seus representantes não se resolve com projetos de lei.

Um exemplo é o PL 608/2021, de autoria do deputado Juninho do Pneu (DEM/RJ), que “cria o Pacto Nacional de Enfrentamento da Violência contra a Mulher”. O projeto é uma cópia do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, lançado em agosto de 2007, pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, que tinha como objetivo consolidar a Política Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Chama a atenção que não exista nenhuma referência a estes documentos na justificativa da proposta.

E duas propostas apresentadas alteram a Lei Maria da Penha. O PL 571/2021, de autoria do deputado Igor Kannário (DEM/BA), para que as vítimas de violência doméstica e familiar sob proteção de medidas protetivas de urgência tenham atendimento policial prioritário e especializado, com a criação de tropas policiais específicas para fiscalização do cumprimento das medidas. E o PL 586/2021, de autoria da deputada Lauriete (PSC/ES), para incluir relações hierárquicas entre as hipóteses de aplicação da Lei Maria da Penha.

Aumento de pena para crimes de estupro

O PL 547/2021, de autoria do senador Jorge Kajuru (Cidadania/GO), altera o Código Penal, para agravar as penas dos crimes de estupro e de estupro de vulnerável.

Criminalização do incesto

PL 603/2021, de autoria do deputado Sanderson (PSL/RS), altera o Código Penal para criminalizar a prática do incesto.

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

NO CONGRESSO NACIONAL

Prioridade na qualificação social para mulheres em situação de vulnerabilidade social

O [PL 541/2021](#), de autoria do deputado Capitão Fábio Abreu (PL/PI), quer determinar que mulheres em situação de vulnerabilidade social terão prioridade nas iniciativas de qualificação profissional.

Atendimento prioritário para vítimas de violência sexual

Renata Abreu (PODE/SP) quer garantir à vítima de violência sexual atendimento prioritário e humanizado pela autoridade policial, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública. O [PL 583/2021](#) também quer assegurar tratamento digno e respeitoso em todas as fases da investigação policial ou do processo penal.

Proposta sugere a criação do Conselho Nacional de Proteção às Vítimas de Violência Doméstica e Familiar

[INC 156/2021](#), de autoria do deputado Denis Bezerra (PSB/PE), sugere ao ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, a criação do Conselho Nacional de Proteção às Vítimas de Violência Doméstica e Familiar.

Como está a implantação do Plano de Enfrentamento ao Femicídio?

Capitão Alberto Neto (REPUBLIC/AM), solicita, ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, informações sobre a implantação do Plano de Enfrentamento ao Femicídio ([RIC 152/2021](#)).

Mais um programa de proteção às crianças

[PL 516/2021](#), de autoria da deputada Paula Belmonte (Cidadania/DF), cria o programa "Infância Segura e Sem Pornografia", que dispõe sobre regras de respeito à proteção e incolumidade da dignidade às crianças e adolescentes, pessoas em desenvolvimento e em condição de especial fragilidade psicológica, na forma que especifica.

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

NO CONGRESSO NACIONAL

E como estão as ações para enfrentar a violência contra travestis e trans?

RIC 160/2021, de autoria do deputado Helder Salomão (PT/ES), requer informações à Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos sobre ações para combate à violência contra travestis e pessoas trans.

Mais um PDL contra o edital que retira critérios para a seleção de livros didáticos

PDL 86/2021, de autoria da deputada Talíria Petrone (PSOL/RJ), é mais uma que susta os efeitos do edital para a compra de livros didáticos, que retira critérios importantes para a seleção do material, a exemplo da diversidade. Semana passada colocamos parte da justificativa apresentada pela deputada Tábata Amaral.

Bolsas de estudo para cientistas mães

PL 531/2021, de autoria do deputado Alexandre Frota (PSDB/SP), obriga as Universidades Públicas do país a criarem um projeto para que as cientistas mães possam desenvolver seus trabalhos científicos com o recebimento de bolsas de estudos determinadas por cada uma das Universidades.

Obrigatoriedade de estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena

PL 548/2021, de autoria do deputado Alex Santana (PDT/BA), altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para tornar obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

Por que o ministério da Educação não executou seu orçamento?

A deputada Maria do Rosário (PT/RS) apresentou o RIC 157/2021, questionando o Ministro da Educação sobre a execução do orçamento do Ministério da Educação em 2020 e o REQ 255/2021, convocando, em Comissão Geral, o Ministro da Educação.

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

NO CONGRESSO NACIONAL

Isenção de carência para auxílio-doença e aposentadoria por invalidez

PL 546/2021, de autoria do senador Jorge Kajuru (Cidadania/GO), altera a Lei que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, para conceder às seguradas com endometriose grave a isenção de carência para a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.

Proposta proíbe anotações discriminatórias na Carteira de Trabalho

PL 549/2021, de autoria do deputado Geninho Zuiliani (DEM/SP), dá nova redação à Consolidação das Leis do Trabalho para proibir anotações discriminatórias.

Preconceito contra pessoa deficiente também deve ser crime

PL 595/2021, de autoria da deputada Rejane Dias (PT/PI), altera Lei que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor para incluir o crime de preconceito contra pessoa deficiente.

Descriminaliza já

PL 573/2021, de autoria do deputado Igor Kannário (DEM/BA), descriminaliza o uso da maconha (Cannabis Sativa) para consumo pessoal.

Prestação de contas!

PL 617/2021, de autoria do senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO), torna obrigatória a prestação de contas dos recursos públicos destinados a cultos de fé, igrejas ou outras entidades religiosas.

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

NO CONGRESSO NACIONAL

Chris Tonietto segue na sua cruzada contra o direito ao aborto

A deputada Chris Tonietto (PSL/RJ) apresentou vários requerimentos para a realização de Sessões Solenes: em homenagem ao Dia do Padre ([REQ 290/2021](#)), em homenagem ao Pró-vida de Anápolis ([REQ 288/2021](#)) e em homenagem ao Dia do Nascituro ([REQ 286/2021](#)).

Outras propostas contra os recentes decretos do governo que liberam mais armas e munições

[PDL 85/2021](#), [PDL 84/2021](#), [PDL 83/2021](#) e [PDL 82/2021](#), de autoria do deputado José Guimarães (PT/CE) e mais 6, sustentam os decretos que dispõem sobre a aquisição, o cadastro, o registro e a posse de armas de fogo e de munição.

Mais uma proposta que incentiva compra de armas

[PL 556/2021](#), de autoria do deputado Vitor Hugo (PSL/GO) altera a tabela de taxas aplicáveis ao registro de arma de fogo e renovação de certificação de registro de arma de fogo, reduzindo o valor drasticamente ou mesmo isentando de taxa. A “Expedição de porte de arma de fogo” e a “Renovação de porte de arma de fogo” passaram de mil para cem reais.

O Senado Federal já definiu a presidência de suas Comissões Permanentes

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

Presidente: Otto Alencar (PSD-BA). Vice: Vanderlan Cardoso (PSD-GO)

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

Presidente: Sérgio Petecão (PSD-AC). Vice: Zenaide Maia (PROS-RN)

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Presidente: Davi Alcolumbre (DEM-AP). Vice: Antonio Anastasia (PSD-MG)

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Presidente: Humberto Costa (PT-PE). Vice: Fabiano Contarato (Rede-ES)

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Presidente: Fernando Collor (PROS-AL). Vice: Flavio Bolsonaro (Republicanos-RJ)

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Presidente: Marcelo Castro (MDB-PI). Vice: Leila Barros (PSB-DF)

CI – Comissão de Serviços e Infraestrutura

Presidente: Dário Berger (MDB-SC). Vice: Jayme Campos (DEM-MT)

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Presidente: Jaques Wagner (PT-BA). Vice: Confucio Moura (MDB-RO)

CTFC – Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Presidente: Reguffe (Podemos-DF). Vice: Marcos do Val (Podemos-ES)

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Presidente: Rodrigo Cunha (PSDB-AL). Vice: vago

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Presidente: Acir Gurgacz (PDT-RO). Vice: vago

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Presidente: Kátia Abreu (PP-TO). Vice: vago

CSF – Comissão Senado do Futuro

Aguardando instalação

VALE A PENA CONFERIR!



O Cfemea e SPW em parceria com Doctors for Choice e Campanha Nem Presa Nem Morta lançam a análise: Serviços de Atenção ao Aborto previsto em lei: desafio e agenda no Brasil



Catolaicas - Podcast

#5 - O tabu do aborto: por que falar sobre o aborto ainda é tabu em nossa sociedade?



Católicas pelo Direito de Decidir

Pronunciamento da Damares na ONU com comentários de Débora Diniz e Maria José Rosado



Notícias UOL

As relações da secretária de Damares com ultraconservadores na Polônia



Nexo

Como acompanhar a elaboração de uma lei no Congresso



Themis

Guia e vídeo ampliam o acesso à informação sobre o aborto legal no Brasil



Radare elaborado pela equipe do Centro Feminista de Estudos e Assessoria - CFEMEA, a partir das informações fornecidas pela Contatos Assessoria Política e dos sites da Câmara e do Senado.